OS CAMINHOS DA RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE DE DUAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE CRICIÚMA S/C

**TITLER: THE WAYS OF THE RECOVERY OF THE LEARNING :
AN ANALYSIS OF TWO SCHOOLS MUNICIPAL CRICIUMA NETWORK**

Grasiela Teixeira de Bona¹

Zélia Medeiros Silveira²

RESUMO: A avaliação é um dos componentes do trabalho do professor que, aliados a outros, contribuem para a aprendizagem do aluno. O empenho dos professores no ato de avaliar deve englobar o compromisso com a aprendizagem, portanto o processo avaliativo tem por objetivo diagnosticar as dificuldades dos alunos que não aprenderam determinados conteúdos, indicando ao professor a intervenção pedagógica mais adequada para garantir a aprendizagem dos mesmos. Foi neste sentido que este trabalho de pesquisa objetivou compreender como os professores do 5º ano do Ensino Fundamental realizam a recuperação de conteúdos que não foram apropriados pelos alunos durante o processo ensino-aprendizagem. Para tanto, realizou-se um estudo teórico sobre as funções da avaliação da aprendizagem e recuperação dos conteúdos, como contribuição para o processo educativo. Realizou-se também uma pesquisa de campo e com duas professoras de duas escolas da rede Municipal de Criciúma S/C, para perceber qual a concepção de avaliação e da recuperação da aprendizagem se fazem presentes no cotidiano escolar dessas duas professoras que atuam no 5º ano do Ensino Fundamental, e com as gestoras sobre as escolas. Além das entrevistas, analisou-se as concepções de aprendizagem, avaliação e recuperação presentes no PPP das escolas. Por meio de entrevista pesquisou-se também as gestoras sobre a realidade da escola. Tendo por base esses dados analisados, constatou-se ao final da pesquisa indícios da concepção de avaliação e recuperação da aprendizagem classificatória, na prática pedagógica de uma das professoras, a qual considera que a finalidade da avaliação é a nota, e, portanto, a recuperação é para melhoria da mesma. Já a concepção formativa, foi percebida na prática pedagógica da outra professora, pois considera a avaliação como parte do processo de aprendizagem do aluno, e que a recuperação do conteúdo contribui para a melhoria da mesma. Nesse sentido percebe-se a necessidade das Escolas Municipais de Criciúma S/C, refletirem sobre a concepção de aprendizagem e avaliação presentes na escola.

PALAVRAS CHAVE: Avaliação. Aprendizagem. Recuperação.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da UNESC. Email: grasinatha@hotmail.com.

² Pedagoga Docente na UNESC, mestre em educação. Email: zms@unesc.net.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

ABSTRACT: The evaluation is the elements of the work of the teacher that, with another, contribute to student learning. The teacher's commitment in the act of the evaluate should be include the compromise with learning, therefore the evaluation process should be diagnosed the difficult of the students have not learned certain contents indicating the teacher the pedagogical intervention more suitable to ensure to ensure learning both. It was in this sense. That is work of the search aimed at understand that teachers of the 5 grade Elementary School perform the recovery of the contents that were not appropriated for students during the learning process. For this purpose, a theoretical study was carried out on the functions of learning evaluation and content retrieval as a contribution to the educational process. A field survey was also carried out with two teachers from two schools of the Criciúma S/C Municipal network, in order to understand whices is the conception of evalution and the recovery of the present learning in the school routine of two teachers of the 5th year of Elementary School. In addition to the interviews, we analyzed the conceptions of learning, evaluation and recovery present in the PPP, through an interview the manager was also investigated about the reality of the school. Based on these analyzed data, it was found at the end of the research indications of the conception of evaluation and recovery of classificatory learning, in the pedagogical practice of one of the teachers, which considers that the purpose of the evaluation is the note, and therefore the recovery Is for improvement of it. And the formative conception, in the pedagogical practice of the other, since it considers the evaluation as part of the learning process of the student, and that the recovery of the content contributes to its improvement. In this sense, we see the need of the Municipal Schools of Criciúma S/C, to reflect on the conception of learning and evaluation present in the school.

KEYWORDS: Evaluation. Learning. Recovery.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão, surgiu a partir da disciplina de “Avaliação da Aprendizagem” do curso de Pedagogia da UNESC, cujo conteúdo mobilizou a busca do entender se, de fato, os professores das escolas Municipais de Criciúma/SC, realizam a recuperação da aprendizagem, conforme prevista na LDB 93.94/96, no seu artigo 24, que preconiza a “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”. Ainda conforme o referido artigo, a avaliação deve ser “contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.” (BRASIL, 1996).

Como visto, a avaliação da aprendizagem é de suma importância para o processo de aprendizagem dos alunos. Contudo a concepção avaliativa de muitos docentes tem levantado certa preocupação, principalmente quando a aprendizagem do aluno não ocorre conforme os objetivos estabelecidos pelos mesmos.

Ademais o processo avaliativo deve diagnosticar as dificuldades dos alunos que não se apropriaram dos conteúdos trabalhados, indicando ao professor a intervenção pedagógica mais adequada para garantir a aprendizagem de todos.

Entendendo que avaliação acontece a todo o momento do processo ensino e aprendizagem, devendo ser ela processual e contínua, o **objetivo geral** desta pesquisa constitui-se em *compreender como os professores do 5º ano do Ensino Fundamental realizam a recuperação de conteúdos que não foram apropriados pelos alunos durante o processo ensino-aprendizagem*.

Para dar conta desta finalidade, estabeleceram-se como **objetivos específicos**: Investigar a concepção de avaliação que norteia o trabalho pedagógico dos professores; Discutir o objetivo das professoras ao realizar a recuperação da aprendizagem; Verificar como estão sendo realizadas as recuperações da aprendizagem;

Para que esses objetivos fossem atingidos, utilizou-se como **procedimentos metodológicos** a pesquisa exploratória do tipo descritiva e de abordagem qualitativa, com objetivo de proporcionar maior familiaridade com o assunto pesquisado.

Tendo em vista alcançar os objetivos anteriormente citados, foram realizados estudos bibliográficos sobre a avaliação e recuperação da aprendizagem, análise de alguns aspectos do PPP, além da pesquisa de campo por meio de entrevista semiestruturada com as gestoras e com duas professoras do 5º ano do Ensino Fundamental de duas Escolas Públicas do Município de Criciúma/SC.

Durante a elaboração dessa pesquisa, percebe-se que há poucos trabalhos sobre este assunto no Curso de Pedagogia. Por isso, acredita-se que há relevância social para essa pesquisa, na medida em que esta disponibilizará dados e análises sobre a visão dos professores frente às práticas de recuperação de aprendizagem vigentes nas escolas Municipais de Criciúma/SC.

2 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO EDUCATIVO

A avaliação é um dos componentes do trabalho do professor que, aliados a outros como o plano de ensino, a metodologia, os recursos didáticos, contribuem para a aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, o ponto de partida desse estudo é a discussão sobre “o que é avaliar”, e “como a avaliação pode contribuir para a melhoria do ensino aprendizagem dos alunos”. Além disso, esse estudo também pretende investigar os processos pedagógicos desenvolvidos quando a aprendizagem não ocorre de forma satisfatória, ou seja, quais as metodologias são utilizadas pelos professores para recuperar os conteúdos que não foram apropriados pelos estudantes. Movidos por tais argumentos, pretendemos também compreender qual a concepção de avaliação e de recuperação de conteúdos, presentes no cotidiano escolar.

É importante salientar que, a avaliação faz parte do dia a dia das pessoas, a todo o momento avaliamos e somos avaliados. Somos avaliados pelo o que fazemos, ou pelo o que deixamos de fazer, pelo o que somos e até pelo que não somos. Frente a isso, há necessidade de refletir sobre o significado da palavra avaliar no sentido amplo, e, posteriormente, no contexto escolar, para compreender estes paradigmas.

Ao consultar dicionário Aurélio (2016) identificamos que a palavra avaliar significa: “Determinar o valor de; compreender; apreciar, prezar; reputar-se; conhecer o seu valor”. Como visto a palavra avaliar remete a vários significados, dependendo do contexto envolvido. Porém, aqui vamos nos ater aos processos pedagógicos vivenciados na escola. No contexto escolar esta palavra soa como “seleção”, atribuição de nota para aprovação e reprovação, e por essas razões, quando pronunciada pelos professores causa certo pânico entre os alunos, que interpretam somente como atribuição de nota. Isso ocorre pois, por muito tempo a avaliação da aprendizagem foi entendida como verificação do que o aluno aprendeu em determinado assunto. Nesse sentido, a escola usou a verificação do rendimento escolar como um sistema de medida, representada na escola com a nota. Na tentativa de superar o papel seletivo da avaliação da aprendizagem alguns autores têm apontado a contribuição desta no processo de ensino/aprendizagem.

Seguindo essa linha de ideias, Luckesi (2002) coloca que o ato de avaliar se caracteriza pelo seu diagnóstico e pela inclusão. O aluno não vem para a escola para ser submetido a um processo seletivo, mas sim para aprender e, para tanto, necessita do investimento da escola e de seus educadores para que sua aprendizagem seja efetiva.

O empenho dos professores no ato de avaliar deve englobar o compromisso com a aprendizagem dos alunos, oferecendo-lhes possibilidades de serem cidadãos dignos com capacidade de compreensão crítica do mundo (LUCKESI, 2002), e a avaliação está a serviço desta formação. Desse modo, a avaliação não deve ser vista como um ato isolado, mas sim integrada a um aspecto mais amplo. Luckesi (2009, p. 174) afirma que “a avaliação, aqui, apresenta-se como meio constante de fornecer suporte ao aluno no seu processo de assimilação dos conteúdos e no seu processo de constituição de si mesmo como sujeito existencial e como cidadão.” Retomando ao pensamento de Luckesi (2002), a avaliação é muito mais do que a nota, a mesma deve servir como suporte para que o aluno pense sobre o que aprendeu durante o seu processo de apropriação dos conteúdos.

Já para Hoffmann (2002, p. 41), “a finalidade primeira da avaliação é sempre promover a melhoria da realidade educacional e não descrevê-la ou classificá-la.” Portanto, avaliar é muito mais do que promover o aluno em aprovado ou reprovado, é reconhecê-lo como cidadão consciente e reflexivo do seu processo de aprendizagem. Neste sentido, o processo avaliativo deve diagnosticar as dificuldades dos alunos que não aprenderam determinados conteúdos, indicando ao professor a intervenção pedagógica mais adequada para garantir a aprendizagem dos mesmos.

Diante do exposto, refletimos sobre as dificuldades que entrelaçam a questão da avaliação, questionando até que ponto a avaliação deve servir para verificar o desempenho do aluno, e, por conseguinte, atribuir uma nota.

Nessa linha de ideia, a avaliação da aprendizagem não deve ser compreendida como uma questão técnica ou uma mera questão de estruturação e utilização de instrumentos, nem tampouco um exercício de armazenar conhecimentos, capacidades, atitudes dos alunos. A avaliação da aprendizagem é um processo que envolve princípios éticos por parte dos profissionais comprometidos com a aprendizagem, é de natureza sócio cognitiva e

sociocultural e também política, considerando que cada cidadão está inserido em um contexto social único, portanto, individual. (FERNANDES, 2006).

Somado a isso o professor deve se preocupar com a aprendizagem dos alunos e os resultados de uma avaliação não devem servir apenas para identificar o que o aluno não sabe, mas para dar subsídios para o professor repensar práticas e estratégias pedagógicas que auxiliem o aluno a superar suas dificuldades.

Segundo Fernandes (2006, p. 38), o que torna relevante considerar em se tratando da avaliação da aprendizagem, é “perceber que processos e estratégias cognitivas e metacognitivas estão associadas nas atividades propostas aos alunos”, se estas realmente são suficientes para dar subsídios a eles de desenvolverem suas competências e habilidades, e ainda, perceber como é que estes alunos confrontam com a complexidade de atividades envolvidas no processo ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva a finalidade maior da avaliação da aprendizagem é de auxiliar a escola a cumprir sua função social, e favorecer que o aluno aprenda e se desenvolva criticamente. E ainda “que a avaliação sirva para que o professor capte as necessidades do aluno em termos de aprendizagem, e/ou as suas próprias necessidades em termos de ensino.” (VASCONCELLOS, 1998, p. 83). Nas palavras do autor, avaliar é acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno, difere-se de apenas cobrar o produto final.

Cabe ressaltar que, conforme os autores citados anteriormente, a avaliação da aprendizagem não deve ser entendida somente como uma aplicação de provas e atribuições de notas, servindo para aprovar ou reprovar alunos. Deve, sobretudo, contribuir para que o aluno adquira consciência do seu aprendizado e isso depende da concepção de avaliação da aprendizagem que embasa as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. (LUCKESI, 2002). Neste sentido, Luckesi (2002) registra ainda que verificar os resultados da aprendizagem, a fim de aprovar ou reprovar é um modelo de avaliação que tem como função medir e classificar o aluno, e ainda, diz que este modelo de avaliação remete a pensar que todos os alunos aprendem da mesma forma. Portanto, este é um modelo excludente, reafirmado também por Vasconcellos (1998), quando diz que esta forma de avaliação está embasada numa prática educativa disciplinar e hierarquizada, que pressupõe um encadeamento linear de acumulação de conhecimentos e habilidades.

Nessa perspectiva, o processo avaliativo padroniza aprendizagem, e serve apenas como verificação do rendimento. Assim como argumenta Vasconcellos (1998, p. 84), “na avaliação classificatória busca-se um culpado (que normalmente é o aluno).” Neste sentido a avaliação classificatória desvia a atenção principal da escola enquanto formadora de cidadãos, que segundo Luckesi (2009), torna-se um instrumento autoritário e frenador na construção do conhecimento.

Para que a avaliação escolar seja instrumento de transformação social, é importante que se faça um resgate à função diagnóstica, que contrapõe a avaliação classificatória, conservadora e autoritária. A avaliação diagnóstica é uma importante ferramenta para ajudar o professor a verificar, diagnosticar e levantar hipóteses dos pontos fracos e fortes dos alunos, considera os conhecimentos prévios, possibilita que tanto o aluno quanto o professor reflitam sobre novas estratégias de aprendizado. Pois, conforme Luckesi (2009, p. 44), “a avaliação diagnóstica será, com certeza, um instrumento fundamental para auxiliar cada educando no seu processo de competência e crescimento para a autonomia”.

Diante do exposto, utilizando como critério a nota, a prática da avaliação classificatória visa aprovar ou reprovar o aluno pela quantidade, porém, é justamente pensando em erradicar esta prática, que coíbe o avanço do aluno em termos de aprendizagem, é que Luckesi (2009) faz inferência na avaliação diagnóstica, pois, tal perspectiva de avaliação contribui para que o professor tenha “compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no processo de aprendizagem.” (LUCKESI, 2009, p. 81).

Tendo como referência a avaliação diagnóstica, aparece a avaliação formativa, que por sua vez, abrange a ação mediadora da construção do conhecimento e em todo o seu processo. Para que esta proposta de avaliação seja efetivamente aplicada nas escolas, depende muito da concepção de avaliação que norteia a prática pedagógica dos professores. Segundo Villas Boas (2001), na avaliação formativa os professores analisam o progresso do que os alunos aprenderam, ou não, para repensar sua prática pedagógica dependendo das necessidades de cada um, tornando os alunos participantes deste processo.

Convém destacar que a avaliação não pode representar um marco final dos estudos, deve ser pensada como uma parte do processo de aprendizagem, realizando

diariamente e acompanhando o conteúdo ensinado. Portanto, tanto quanto a avaliação formativa e a diagnóstica, a avaliação somativa é uma etapa bastante importante para o processo ensino aprendizagem.

A avaliação somativa deve ser entendida pelo professor como o momento de reflexão da sua prática pedagógica, pois os resultados obtidos em provas e avaliações realizadas pelos alunos não servem apenas para classificar e selecionar os alunos. Sendo assim, quando o comprometimento do professor está em assegurar o aprendizado efetivo do aluno, a avaliação somativa vem a contribuir para que após a coleta dos dados obtidos na avaliação, o professor utilize destes para perceber o quanto o aluno conseguiu aprender do conteúdo, e assim elaborar outras estratégias de avaliação a fim de garantir que todos os alunos atinjam os objetivos propostos inicialmente pelo professor. Contudo, conforme Villas Boas (2001, p. 04), “o que diferencia a avaliação somativa da formativa é o propósito e o efeito, e não o momento da sua realização.” Nesta visão, a avaliação deve ser fundamentada nos critérios e objetivos que o professor determina sobre o aprendizado do aluno, se este objetiva a promoção da aprendizagem ou busca classificar.

Contrariamente a avaliação classificatória, a formativa promove a aprendizagem do aluno e do professor, foge a ideia da classificação, da medição e da seleção. Portanto, assim com o afirma Villas Boas (2001), a avaliação formativa objetiva nortear os alunos na realização das atividades de avaliação procurando possibilidades de ajudar a descobrir os processos que lhe permitirão progredir em sua aprendizagem. Esta avaliação requer que considerem as diferenças dos alunos tomando-o como referência no processo de aprendizagem por ele desenvolvido. A avaliação formativa contribui para que o aluno aprenda a aprender, coloca o aluno como sendo o produtor do seu conhecimento e desenvolva estratégias para que isso ocorra.

A avaliação formativa é, portanto, orientadora, pois orienta tanto o estudo do aluno quanto o trabalho do professor, uma vez que fornece dados para que o professor identifique deficiências em seu trabalho didático metodológico, possibilitando reformulações.

A avaliação por este viés traz um novo sentido para a recuperação, pois cada aluno deve ser observado em suas diferenças possibilitando seus avanços de forma contínua e processual.

3 RECUPERAÇÃO DOS CONTEÚDOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Conforme já discutido até aqui, a avaliação é um processo que visa analisar o desempenho do aluno na construção do conhecimento em seu ritmo, considerando suas possibilidades. Tomando como base de que é o aluno quem se apropria do conhecimento, entendemos que a recuperação deve ser organizada para atender aos problemas específicos de aprendizagem que os alunos apresentam.

Conforme previsto (no artigo 24, no inciso V, alínea a) da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), em se tratando da verificação do rendimento escolar, a avaliação deverá constituir o critério contínuo e cumulativo do desempenho do aluno. É incumbido ao professor priorizar a “prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.”

Ainda conforme a Lei acima citada, no seu artigo 24, inciso V, alínea e), é “obrigatoriedade estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.”

Ao avaliar o processo de aprendizagem do aluno, portanto, é imprescindível que o professor faça um diagnóstico para entender em que estágio se encontra a aprendizagem de cada indivíduo envolvido neste processo. Como mostra Santos (2000, p. 64), [...] “para o professor é importantíssimo saber o grau de aprendizagem alcançado pelos seus alunos e o quanto foi eficaz o seu método de ensino”.

A avaliação deve estar comprometida em auxiliar o aluno a aprender e o professor a ensinar. Desse modo, conforme Luckesi (2009, p. 85) [...], “a avaliação serve de instrumento de verificação dos resultados planejados que estão sendo obtidos, assim como para fundamentar decisões que devem ser tomadas para que os resultados sejam construídos.”

É neste sentido que se coloca a recuperação da aprendizagem que significa voltar, tentar de novo, adquirir o que perdeu (AURÉLIO, 2016), e não pode ser entendido como um processo unilateral. Se o aluno não alcançou o aprendizado, o ensino não atingiu os objetivos. Para recobrar algo perdido, é preciso sair à sua procura, inventar estratégias de busca, refletir

sobre as causas, sobre o momento ou circunstâncias em que se deu a perda. A recuperação da aprendizagem deve ser paralela baseada no conhecimento da dificuldade do aluno, assim conforme previsto na LDB 9394/96 (BRASIL, 1996). A recuperação deve ser entendida como parte integrante do processo de ensino aprendizagem respeitando as necessidades de cada aluno, considerando-o como ser único.

Contudo, não há como falar sobre a recuperação sem retornamos a alguns aspectos essenciais que devem ser considerado pelo professor em suas aulas. É importante considerar que, numa prática de avaliação formativa todas as informações do processo de construção do conhecimento são consideradas, tanto os aspectos formais como os informais. Entende-se por aspectos formais todas as tarefas avaliativas realizadas pelos alunos: relatórios, provas, trabalhos, atividades. Porém conforme aponta Hoffmann (2002), as tarefas não podem ser um ponto final ou o ponto de chegada do aprendizado, pois o processo de aprendizagem nunca chega ao fim, o aluno está sempre avançando, deve levar em consideração a conduta do aluno perante o processo.

Por isso os aspectos informais da avaliação têm bastante relevância para o processo de aprendizagem, pois, ainda conforme Hoffmann (2002, p. 66), “cada passo do aluno precisa ser observado.” O processo é contínuo e valorizando seu esforço, o seu comprometimento, as suas atitudes. O professor interessado no aprendizado do aluno utiliza as informações advindas da informalidade para cruzar com a avaliação formal. A avaliação informal nem sempre é precisa, e o aluno nem sempre percebe que está sendo avaliado.

Nessa perspectiva em que o aluno é partícipe do processo da sua aprendizagem, é intrinsecamente importante que o mesmo faça reflexões sobre sua atitude, retome passo a passo o processo e tome consciência das estratégias da aprendizagem, tendo condições de realizar a auto-avaliação. Esta por sua vez é um componente muito importante para a avaliação formativa. Refere-se ao processo pelo qual o próprio aluno analise as atividades por ele desenvolvidas, possibilita refletir sobre o seu progresso e participar da tomada de decisão de atividades posteriores (VILLAS BOAS, 2001).

Neste sentido, Hoffman (2002) defende que o professor deve propor diversas tarefas de representação do conhecimento de acordo com o interesse e necessidade do aluno no seu processo de aprendizagem. E Vilas Boas (2001, p. 8), diz que tais tarefas irão

“fornecer informações a serem usadas como feedback³ para a reorganização do trabalho pedagógico”, e que serve tanto ao professor quanto ao aluno. O feedback diz respeito a informação ao aluno, e ao professor, do quão sucedido ele foi no desenvolvimento do seu trabalho.

Todavia, para o sentido de efetivação do feedback, requer que a pessoa envolvida com o processo de aprendizagem tenha uma concepção de avaliação que sustenta a importância do processo intelectual dos alunos (VILLAS BOAS, 2001).

É aí que entra a questão de recuperação, pois sabendo que cada aluno é único e aprende de forma diferente, cabe ao professor na organização de suas aulas, diversificar sua metodologia para atender as diversas modalidades de aprendizagem dos alunos. Assim, a recuperação dos conteúdos já estará ocorrendo no decorrer do processo de aprendizagem. Ela é parte integrante do processo pedagógico de sala de aula.

Portanto, a recuperação deve ser pensada pelo professor como um processo contínuo da aprendizagem, pois, esta é um direito do aluno.

Visto que avaliação e recuperação constituem-se parte integrante do processo de ensino e da aprendizagem e que tem como princípio básico o respeito à diversidade de características e de ritmos de aprendizagem dos alunos, cabe, então, à escola, garantir a todos os seus alunos, oportunidades de aprendizagem, redirecionando ações de modo que superem as dificuldades e/ou defasagens diagnosticadas no processo de ensino aprendizagem. (SENN; BASTOS, 2008, p. 03).

Desta forma, é dever do professor estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento escolar, viabilizando a qualidade de ensino, com enfoque na recuperação da aprendizagem. Além disso, segundo o que afirma Nórcia (2008, p. 29), “as atividades de recuperação visam melhorar a aprendizagem, sendo consideradas medidas de apoio para que ela possa desenvolver-se.”

Ainda conforme Nórcia (2008), a postura do professor frente às tomadas de decisões acerca da recuperação fica pertinente àquela que acentua a importância de garantir a

³ Feedback: Define-se feedback efetivo como aquele capaz de gerar resultados, ou seja, um desenvolvimento positivo e desejável através de uma informação oferecida sobre performance prévia ou conhecimento de determinada tarefa. Para tanto, todas as fases: tarefa, observação, informação gerada; devem ser detalhadas, compreensíveis, com significado para o indivíduo, baseadas na realidade vivenciada, com objetivos claros e oferecer apoio ao processo de ensino – aprendizagem.

todos os alunos o acesso ao conhecimento mínimo para que sejam inclusos no mundo social de forma crítica.

O sentido de recuperação aqui considerado, leva em conta o aproveitamento por parte do aluno, de retomar o que não aprendeu, ou seja, tentar de novo. Não é um processo parcial, mas paralelo, pois o que se almeja é que o aluno tenha possibilidade de se apropriar dos conhecimentos e não apenas de reproduzi-lo mecanicamente, para ser devolvido em uma prova ao professor.

Segundo Nórcia (2008), para retomar algo que se perdeu é preciso buscar, inventar novas estratégias, refletir sobre as causas, o momento ou as circunstância do que se perdeu.

Portanto, a recuperação é um importante mecanismo do professor e do aluno para garantir a aprendizagem durante o percurso escolar, pois é um instrumento capaz de apontar caminhos para a ação docente podendo ser um meio de ajudar os alunos que apresentem dificuldades.

Contudo, é imprescindível ressaltar que a avaliação é um processo que deve objetivar a aprendizagem sendo importante elemento do processo de apropriação do saber. Se a mesma for assim considerada, poderá contribuir para a aprendizagem efetiva dos alunos em suas diferentes possibilidades de aprendizagem.

4 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa em questão, buscou compreender como as duas professoras do 5º ano do Ensino Fundamental realizam a recuperação de conteúdos que não foram apropriados pelos alunos durante o processo ensino-aprendizagem. Sendo assim optou-se pela pesquisa exploratória que segundo Gil (2008), contribui para o conhecimento mais amplo sobre o assunto pesquisado, e o pesquisador estará apto a construir suas hipóteses. Esta pesquisa tem um caráter qualitativo, pois busca a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. (LUDKE, ANDRÉ, 2003). Portanto,

para este tipo de pesquisa é necessário um contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada.

Desse modo, realizou também uma pesquisa de campo por meio da entrevista semiestruturadas com as gestoras sobre a escola, e com duas professoras do 5º ano de duas escolas públicas do Município de Criciúma/SC, afim de compreender como estão sendo feitas as recuperações de conteúdos com os alunos do 5º ano em realidades diferentes.

Foi realizada também uma análise de alguns aspectos do PPP (Projeto Político Pedagógico) sobre a concepção de ensino aprendizagem e avaliação da escola. Foi definido entrevistar professores do 5º ano pelo fato de que esse ano, constitui-se no final do primeiro ciclo e desse modo entender a concepção de avaliação que embasa a prática pedagógica, visto que, os instrumentos avaliativos do quinto ano traduzem-se em nota. É, portanto, uma amostra intencional.

Para preservar o sigilo das informações prestadas pelas escolas assim como a identidade das professoras, identificamos as escolas como “E.M.E.I.E.F. Construindo um Futuro”, e a outra escola é a “E.M.E.I.E.F. Jorge Cândido”, e as professoras entrevistadas como “Sirlene”, e “Nádia”, respectivamente.

De acordo com a informação postada pela gestora, a escola E.M.E.I.E.F Jorge Cândido atende crianças da Educação Infantil desde os quatro anos de idade, até ao 5º ano do Ensino Fundamental. Está localizada nas extremidades de bairros periféricos, e os alunos são provenientes de classe social baixa. A estrutura da escola é precária, porém, segundo a fala da gestora, a mesma vem lutando para a sua melhoria, buscando junto ao Governo Municipal de Criciúma S/C, reformas e ampliação para melhor atender os alunos.

A análise do PPP possibilitou identificar que a escola se orienta pela concepção histórico cultural. O PPP⁴ desta instituição reforça que “por meio da concepção histórico cultural, busca-se uma visão crítica de educação, com uma metodologia de ensino que visa garantir o processo de reflexão crítica sobre a realidade vivida”. (2016, p.33). O plano de ensino que integram os currículos, deve ser elaborados com base nos critérios definidos nos termos da Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Proposta Curricular da Rede Municipal de Criciúma S/C.

⁴ CRICIÚMA, Projeto político pedagógico, 2016.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

Quanto à concepção de avaliação, a escola tem como princípios orientadores em que o professor deve considerar os aspectos qualitativos da aprendizagem sobre os quantitativos, ter como função ser formativa, diagnóstica e processual.

Deve assegurar potencialidades e dificuldades de aprendizagens e, detectar problemas de ensino, subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato, a médio e longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho do/a professor/a. (PPP, 2016).

Neste sentido, fica evidente que a concepção de avaliação exposta no PPP caracteriza o comprometimento da mesma com a aprendizagem efetiva do aluno. No que tange a recuperação da aprendizagem, consta no PPP da escola que esta deva ocorrer obrigatoriamente em paralelo ao período letivo, como determina a Lei nº 9.394/96, em tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo. Ainda seguindo o PPP, a recuperação paralela visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao aluno de menor rendimento durante todo o processo regular de apropriação de conhecimentos, para superar deficiências ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Já a segunda escola pesquisada, E.M.E.I.E.F. Construindo um Futuro, de acordo com a gestora, a mesma está situada num bairro de classe social moderadamente favorável. Conta atualmente com 500 alunos matriculados desde o 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Muito bem estruturada, todas as salas possuem uma TV e um aparelho de DVD, facilitando e enriquecendo as aulas dos professores, e proporcionando melhor aprendizagem dos alunos.

A escola se orienta também pela concepção de aprendizagem histórico-cultural. Em seu PPP⁵ menciona que “temos lutado e muito para a melhoria da qualidade de educação de nossos alunos, com o objetivo de formar para a cidadania, formando cidadãos éticos, críticos, políticos, vencendo assim os preconceitos garantindo uma melhor qualidade de vida.” (2017, p. 16)

Percebemos ainda que em relação à avaliação, a escola acredita que esta deve fornecer subsídios ao professor para avaliar o próprio processo de ensino-aprendizagem e buscar compreender as defasagens de aprendizagem dos alunos, a eficiência ou não da

⁵ CRICIÚMA. Projeto político pedagógico. 2017.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

metodologia e das estratégias utilizadas, comprometendo-se com a dinâmica do processo de aprendizagem. E, em se tratando da recuperação, consta em seu PPP que esta deva acontecer em paralelo ao processo de ensino e aprendizagem, e ao final de cada trimestre do ano letivo.

Apesar de estar explícito no PPP das escolas analisadas que as concepções de aprendizagem, avaliação e recuperação, que regem o fazer pedagógico estão comprometidas com a aprendizagem do aluno em sua totalidade, considerando os aspectos sociais, culturais e afetivos, e que estes estão a serviço da melhoria da aprendizagem dos mesmos, ainda fica a inquietação de aprofundar a análise da prática pedagógica do professor em sala de aula. Pois, conforme menciona Vasconcellos (1998), a tarefa da escola é garantir que todos os alunos tenham condições de aprendizagem efetiva, portanto, para além disto é preciso que este também seja o desejo do professor.

Sendo assim, além de saber as concepções de ensino-aprendizagem das escolas, é importante analisar quais são as concepções de avaliação e recuperação dos professores, e ainda se estas agregam compromisso por parte dos professores para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Neste sentido, para dar início a entrevista perguntamos para as professoras “o que é avaliar”. Nas respostas das professoras Sirlene e Nádia, observou-se aproximações com os autores pesquisados sobre o termo avaliar no que se refere ao processo de aprendizagem, e o sentido da avaliação e suas funções. Afirmam que avaliar serve para o professor verificar o que o aluno conseguiu aprender e suas dificuldades, e não para obter uma nota, que analisar o desempenho dos alunos possibilita ao professor e ao aluno redirecionar o caminho perseguido ao alcance da aprendizagem, e ainda, que avaliar “é detectar o problema do aluno e daí eu partir, eu vou prosseguir, eu vou parar, ou eu vou retroceder, isso pra mim é avaliação” (SIRLENE); que avaliar “serve para o professor ver onde está errando e buscar outros instrumentos para a criança chegar à aprendizagem”. (NÁDIA)

Conforme Hoffmann (2002), todo o processo avaliativo deve diagnosticar as dificuldades dos alunos, indicando ao professor a intervenção pedagógica mais adequada para garantir a aprendizagem. Já Luckesi (2009) defende que, avaliar não é classificar e apresentar na forma de média o que o aluno conseguiu aprender, mas serve como suporte a ele para

pensar sobre seu processo de apropriação do conhecimento, e ao professor para repensar sobre suas práticas avaliativas e tomar decisões.

Dando prosseguimento a entrevista, questionamos sobre “quais os instrumentos utilizados para avaliar a aprendizagem dos alunos”. Tanto Sirlene quanto Nádia registraram que, geralmente utilizam a prova, conversa oral, tarefa, comportamento em sala de aula, analisam as atitudes, e acreditam que os alunos estão constantemente sendo avaliados. Percebe-se que as professoras estão em conformidade com que Hoffmann (2002) considera importante, sendo compromisso do professor diversificar atividades avaliativas de acordo com o interesse e possibilidades do aluno. Vale salientar que, a utilização do instrumento avaliativo é apenas uma parte do processo de aprendizagem, de nada vale utilizar vários instrumentos se a ótica do professor está voltada para fins quantitativos.

Quando questionadas “como é a devolutiva das avaliações”, houve discordância na fala das professoras. Sirlene não mostrou clareza em sua resposta. Insistentemente aparece em suas falas o termo “estudar para avaliação paralela”. Ela acredita que “avaliação é um documento e o mesmo deve ser devolvido ao aluno para estudar para a avaliação trimestral⁶”, a qual ela chama de “avaliação paralela”. Neste sentido, fica explícito que a professora confunde avaliação com instrumento avaliativo, entende que este é o marco final do processo de aprendizagem e a devolutiva desta serve ao aluno. Todavia, Hoffmann (2002) aponta que a informação obtida na avaliação serve tanto ao professor quanto ao aluno, para a reorganização do trabalho pedagógico, e, para saber o quão bem sucedido se desenvolveu. E, Santos (2000), acrescenta que é importante o professor saber o quanto o aluno aprendeu e o quanto seu método de ensino foi eficaz.

Já na fala da professora Nádia, percebeu-se que a mesma se preocupa com a aprendizagem do aluno, entende que a devolutiva se faz necessária para que o professor repasse o conteúdo, com outros textos, e mude o instrumento avaliativo, para perceber se o aluno realmente conseguiu atingir o objetivo. Aproximando-se com o que afirma Hoffmann (2002), o professor deve propor diversas tarefas de representação do conhecimento de acordo com a necessidade do aluno no seu processo de aprendizagem.

⁶ Avaliação trimestral: realizada ao final de cada trimestre com todos os conteúdos estudados até o momento, com a finalidade de recuperar a nota para alcançar a média.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 2, nº1, janeiro/junho 2018.– Curso de Pedagogia– UNESC

A seguir, perguntamos "se as professoras fazem recuperação da aprendizagem quando os alunos obtiveram rendimento abaixo do esperado, e como é feito". Houve contradição nas respostas da professora Sirlene, pois afirma que "a todo o momento isso é feito, o professor vai e volta no conteúdo". Contudo a professora Sirlene acredita que a recuperação da aprendizagem depende do interesse do aluno pois, conforme afirma, "existe aquele não voltar para aquele aluno que não quer aprender". Assim dizendo, a professora acredita que se o aluno não quer aprender, todos os esforços do professor em relação à recuperação da aprendizagem serão em vão. Então, se a professora diz que faz a recuperação a todo o momento, como consegue fazer apenas para os alunos com interesse?

Porém, em sua resposta posterior, apesar de não ter deixado claro como realiza a recuperação da aprendizagem, relatou que retoma o conteúdo antes de aplicar outra avaliação, "o professor vê qual é a maneira que ele vai avaliar o aluno dele, o mecanismo ele vai ver qual cabe a ele usar, muitas vezes tu não precisa recuperar a nota perdida e aplicar outra prova, tu recupera o conteúdo e lá na frente vai ter uma bimestral da recuperação da nota que ele tirou baixa". Fazemos aqui outro questionamento no sentido exposto pela professora, é que ela faça recuperação da aprendizagem ou da nota? Foi possível perceber que a recuperação da aprendizagem é considerada aos alunos que não obtiveram desempenho esperado, resultando em uma nota, e que será recuperada em uma prova trimestral, que segundo a professora, o conteúdo será retomado para realização da mesma. Sendo assim, há evidência de uma concepção classificatória, pois entende que a avaliação serve para obter nota e, portanto, a recuperação serve para melhorar a mesma. Nesse sentido a avaliação está desvinculada do processo de aprendizagem, e a aplicação da prova como forma de obter dados da aprendizagem é uma forma de verificar se o aluno estudou para a mesma, porém não garante que tenha aprendido, pois o mesmo poderá ter estudado apenas para realizar aquela prova. Contrariamente a isso, Vasconcellos (1998) menciona que a recuperação é um processo que deve ser muito bem pensado para garantir a aprendizagem do aluno, [...] "é preciso que o professor esteja trabalhando com uma metodologia participativa em sala de aula." (VASCONCELLOS, 1998, p. 37).

Já a professora Nádia, informou que faz recuperação da aprendizagem para todos os alunos, de forma que todos possam ter oportunidade de ampliar o conhecimento, e,

portanto, obterem maior nota se assim desejarem. Sendo assim coloca que é necessário realizar recuperação da aprendizagem para todos os alunos, pois além de ser um direito deles é um dever do professor propiciar que o aluno possa melhorar sua média: “repasso o conteúdo novamente para todos, faço avaliação paralela, é outra oportunidade que o aluno vai ter para fazer uma outra prova, com outros textos”. (NÁDIA). Diante disto, há indícios de que a professora aproxima-se com o que ressalta Vasconcellos (1998, p. 37), “recuperar a aprendizagem não é repetir a explicação, trata-se de conceber e organizar situações que possam favorecer a efetiva construção do conhecimento; é procurar outras formas de abordagem do mesmo assunto.”

Para complementar a pesquisa, questionamos “qual a visão das professoras em relação à recuperação da aprendizagem, e como esta metodologia contribui para a melhoria na aprendizagem do aluno”. Para estes questionamentos a professora Sirlene coloca que um conteúdo é a base do outro, que o “aluno deve alcançar o domínio deste conteúdo para conseguir chegar ao outro”, todavia menciona novamente que o interesse do aluno é fundamental para que ele possa aprender, “o que tu vai fazer com um aluno deste que ele mesmo vê que ele não quer”. A professora acredita que é papel do professor propiciar recuperação da aprendizagem, mas o aluno tem que ter interesse em retomar o conteúdo que não aprendeu, porque caso o contrário, o professor “não chegará a lugar nenhum e só ficará estressado”. Pode-se perceber mais uma vez na fala da professora que a visão de aprendizagem, de avaliação e recuperação que norteiam o trabalho pedagógico não está de acordo com o regimento escolar da instituição em que ela atua, pois conforme o PPP, a concepção que norteia a ação pedagógica é a histórico cultural, a avaliação deve ser formativa, diagnóstica e processual, e por conseguinte que a recuperação deve ser paralela ao ano letivo visando garantir a aprendizagem efetiva dos alunos. Em síntese, observou-se que a professora se apropria da teoria dos autores que fundamentaram esta pesquisa e que está preparada para respondê-la, porém observou-se que na ação pedagógica o conhecimento teórico apresentado está desvinculado da prática. Há evidências que a professora considera a recuperação sendo importante para o aluno retomar o conteúdo que ele não aprendeu, porém, deixa esclarecido que ela só aplica para os alunos que se interessam por ela. Além disso, a todo o momento ela enfatiza o papel do aluno na aprendizagem, mas, e o papel do professor

em provocar o interesse do aluno para que ele aprenda? Recuperação da aprendizagem é uma ação inerente ao professor comprometido com a aprendizagem de todos os alunos em sua totalidade. Vasconcellos (1998, p. 51) afirma que, “avaliação contínua é essa atenção e ocupação do professor com a apropriação efetiva do conhecimento por parte do aluno”.

Já a professora Nádia enfatiza que a recuperação da aprendizagem “é ótima”, pois oportuniza ao aluno aprender o que ele não conseguiu aprender anteriormente, inferindo-se que toda criança é capaz de aprender, e a garantia da aprendizagem de todos é um compromisso do professor. Neste compromisso com a aprendizagem, a metodologia de recuperação paralela ao estudo contribui para a melhoria da aprendizagem por considerar importante todo o avanço do aluno no processo de aquisição do conteúdo. Nessas palavras deixa claro o papel de mediador do professor na avaliação da aprendizagem. Percebe-se indícios de aproximação com o pensamento de Vasconcellos (1998, p. 36) considera que “os educadores devem fazer a recuperação não para cumprir uma formalidade legal, mas como expressão de seu compromisso com a efetiva aprendizagem por parte de todos”. E Hoffmann (2002), acrescenta que a recuperação deve conceber a evolução no processo de aprendizagem, com diversificadas experiências educativas que provoque o aluno a refletir sobre os conceitos e noções em construção.

Para entendermos melhor sobre recuperação da aprendizagem vista pelas professoras, questionamos “em que momento é necessário fazer a recuperação da aprendizagem e a que grupo de alunos se destina”. Ambas acreditam que o aluno que não atingiu o objetivo, ou seja, não atingiu 100% do conhecimento em relação ao conteúdo, para estes é necessário fazer-se a recuperação da aprendizagem, retomando o conteúdo e buscando outros meios para o aluno conseguir alcançar os objetivos. Porém, a professora Sirlene diz “eu faço recuperação na semana que antecede o fechamento do trimestre para os alunos que não atingiram a média”, contradizendo o pensamento de Vasconcellos (1998) em que considera “a preocupação do professor em termos de recuperação não deve ficar sobre a média dos alunos, mas em cima do domínio dos conhecimentos essenciais.” Já a professora Nádia ressalta que os alunos que “atingiram 80% do conhecimento, não é necessário fazer a recuperação, mas este é um direito do aluno e se ele assim desejar eu oportunizo que ele possa melhorar.” Mais uma vez percebe-se aproximações com as ideias de Vasconcellos (1998, p.36), o processo de

recuperação deve ser bem pensado, uma vez que ainda exista a nota, de alguma forma essa recuperação da aprendizagem deve repercutir na mesma.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, remetemos a pensar, será possível realizar avaliação a fim de propiciar a melhoria da aprendizagem dos alunos? Pensar na avaliação como elemento que propicia a aprendizagem, é reconhecer que essa ação não tem fim em si mesma, mas que oportuniza ao aluno a possibilidade de confrontar seus conhecimentos e reconstruí-los. Como vimos anteriormente, a concepção de aprendizagem do professor define sua prática, assim, se o mesmo considerar que a nota obtida na prova é o produto final do que o aluno aprendeu, a recuperação se dará da mesma forma, recuperar a nota. Nesse sentido, percebeu-se indícios da concepção de avaliação classificatória na prática pedagógica da professora Sirlene, deixando exposto que a avaliação serve para o professor verificar o rendimento do aluno e quantificá-lo. No entanto, percebeu-se também indícios da avaliação formativa presente na prática pedagógica da professora Nádia, pois considera a avaliação como parte do processo de aprendizagem do aluno e a mesma contribui para que o professor identifique as necessidades e potencialidades do aluno e atue sobre elas, considera o desempenho do aluno no processo de ensino aprendizagem, de forma contínua, nos aspectos formais e informais da avaliação.

No viés de uma concepção de avaliação formativa, a recuperação da aprendizagem deve caminhar paralela ao trabalho pedagógico como elemento que propicia a aprendizagem de todos os envolvidos no processo. Percebeu-se que uma das professoras demonstrou estar comprometida com a efetiva aprendizagem dos alunos, utiliza a recuperação do conteúdo com todos os alunos em paralelo aos estudos como garantia de aprendizagem, contribuindo também para melhorar a média. Não sendo possível observar a presença da mesma concepção de recuperação da aprendizagem na fala da professora Sirlene, pois, há vestígios de que ela realiza a recuperação desvinculada do processo de aprendizagem, objetivando a nota, preocupando-se que o aluno consiga atingir a média. Além disso, esta professora considera a recuperação como um processo realizado ao final de cada trimestre,

com o propósito que todos os alunos alcancem os objetivos anteriormente estipulados pelo professor, mas, apenas os que não atingiram os objetivos é que devem realizar a recuperação.

Assim, as práticas de avaliação e recuperação da aprendizagem presentes no cotidiano escolar das duas Escolas Municipais de Criciúma S/C pesquisadas, é um assunto que merece atenção por apresentar indícios que alguns professores confundem avaliação com instrumento avaliativo, servindo como verificação para quantificar o rendimento do aluno, desviando o real compromisso com a efetiva aprendizagem do aluno. No mesmo sentido, a recuperação deve garantir que o aluno consiga aprender o conteúdo, para melhorar a aprendizagem.

6 REFERÊNCIAS:

AURÉLIO, Dicionário. **Dicionário de português**, 2016. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/avaliar>. Acesso em: 09 mai. 2017.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96 de dezembro de 1996.

FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação formativa. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 19, n. 2, p.21-50, 2006. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0871-91872006000200003&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 13 out. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: atlas, 2008.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002. 217 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**, 12 ed.- São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 180 p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2003.

NÓRCIA, Marcia Josefina. **A recuperação no processo de ensino- aprendizagem: legislação e discurso de professores**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi: 10.11606/D.48.2008.tde-30012009-112737. Acesso em: 06 out. 2016.

SANTOS, Cássio. M. dos. A avaliação e a cola na perspectiva do aluno. **Pátio**, Rio Grande do Sul, n.12, p. 62-65, fev/mar. 2000.

SENN, Salete. C. H.; BASTOS, Carmem. C. B. C. **Avaliação e Recuperação de estudos:** como superar as contradições entre o marco conceitual e operacional?. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1987-8.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação:** "do é proibido reprovar" ao é preciso garantir a aprendizagem. 4 ed. São Paulo: Libertad, 1998. 125 p.

VASCONCELLOS, Celso. **Avaliação da aprendizagem:** práticas de mudança por uma práxis transformadora. 7 ed. São Paulo: Libertad, 1998. 125 p.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Avaliação formativa e formação de professores: ainda um desafio. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 12, n. 22, p.159-180, jun. 2001. Semestral.